FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE SERGIPE – FANESE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ROSIMEIRE GAMA BATISTA

NÃO OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE EM EMPRESAS FAMILIARES

Aracaju - Sergipe
2015

ROSIMEIRE GAMA BATISTA

NÃO OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE EM EMPRESAS FAMILIARES

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe - FANESE, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Profª. Esp. Wandeuza dos S. S. Nunes.

Coordenadora: Prof. Esp. Luciana Matos dos Santos Figueiredo Barreto.

Aracaju – SE

2015.1

ROSIMEIRE GAMA BATISTA

NÃO OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE EM EMPRESAS FAMILIARES

Trabalho de conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da FANESE como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel.

Aprovado (a) com média: _____

_____

Profª: Wandeuza dos S. S. Nunes
Orientadora

_____

Avaliador

_____

Avaliador

_____

Rosimeire Gama Batista

Aracaju (SE), ___ de _____ 2015.

RESUMO

Atualmente em virtude da acirrada competitividade entre os mais diversos ramos das atividades empresariais torna-se indispensável à utilização de ferramentas contábeis com a finalidade de obter um bom desempenho financeiro e econômico dentro das empresas. Diante do exposto, o presente artigo tem um intuito de evidenciar a importância da aplicação dos Princípios de Contabilidade como ferramenta de gestão, focando no Princípio da Entidade, sendo eles pilares na abertura, organização e desenvolvimento das atividades, assim como identificar quais os motivos que levam as empresas (notadamente as empresas familiares) a não observância do Princípio da Entidade. A metodologia de pesquisa utilizada foi documental, assim como um breve estudo de caso. Durante a elaboração deste artigo foi possível identificar dentre os mais diversos fatores que motivam as empresas a não aplicação do Princípio da Entidade destacamos como de muita relevância a falta da elaboração das demonstrações contábeis, assim como, a alta taxa de inadimplência dos clientes, a partir da pesquisa foi possível formatar algumas sugestões para redução dos problemas apresentados, sugestões estas que devem ser aplicadas de imediato, dentre elas um melhor planejamento a título de pró-labore, assim como contratação de serviços contábeis para viabilizar a elaboração da contabilidade da empresa.

PALAVRAS-CHAVE: Princípios de Contabilidade. Empresas Familiares. Gestão.

SUMÁRIO

RESUMO

1 INTRODUÇÃO..... 6
1.1 Objetivos Gerais..... 6
1.2 Objetivos Específicos..... 7
1.3 justificativa..... 7
1.4 Metodologia..... 7

2 DEFINIÇÃO DE ENTIDADE..... 8

3 PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE..... 10
3.1 Princípio da Entidade..... 10
3.2 Princípio da Continuidade..... 11
3.3 Princípio da Oportunidade..... 11
3.4 Princípio do Registro pelo Valor Original..... 12
3.5 Princípio da Competência..... 13
3.6 Princípio da Prudência..... 13

4 APLICAÇÃO PRÁTICA..... 15
4.1 Princípio da Entidade, aplicação prática..... 15
4.2 Empresas Familiares..... 15
4.3 Caracterização da Empresa Pesquisada..... 16

5 PRINCIPAIS MOTIVOS QUE LEVAM AS EMPRESAS FAMILIARES A NÃO APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE..... 18
5.1 Falta de Capital de Giro..... 18
5.2 Dificuldades em Elaborar o Fluxo de Caixa..... 18
5.3 Dificuldades em Evidenciar os Custos de sua atividade fim..... 19
5.4 Inadimplências dos Clientes..... 19
5.5 Custos com Consultoria Contábil para Auxílio na Gestão dos Negócios..... 20
5.6 Dificuldades de Acesso ao Crédito..... 20

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 22

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 23

ABSTRACT..... 24

1 INTRODUÇÃO

As entidades são organizações constituídas de pessoas e recursos cuja principal finalidade seria geração de lucros. Existem ainda as entidades sociais (filantrópicas) que são criadas e funcionam como empresas sem fins lucrativos. Podem ainda ser classificadas como públicas ou privadas.

Os Princípios de Contabilidade são os pilares para o desenvolvimento de toda e qualquer entidade contábil. Funcionam como importantes ferramentas de gestão que permitem administrar e controlar o patrimônio da empresa com o intuito de maximizar os lucros.

Tanto na abertura quanto no processo de gestão das empresas, torna-se necessária a observância destes princípios, são eles, Princípio da Entidade, Continuidade, Oportunidade, Registro pelo Valor Original, Competência e Prudência.

Todos os princípios contábeis citados são indispensáveis para o bom funcionamento da entidade, porém nosso objeto de pesquisa será o Princípio da Entidade, que defende a autonomia patrimonial da empresa, ou seja, o patrimônio das empresas deve ter seus registros contábeis separados dos seus sócios ou acionistas. Foi escolhido especificamente este princípio, pois é possível observar que existe uma maior dificuldade por parte das empresas e dos seus sócios na sua aplicação.

O problema de pesquisa para a elaboração deste artigo será evidenciar quais os motivos que levam as empresas, principalmente as que estão enquadradas como familiares a não observância e utilização do Princípio da Entidade. Princípio este de grande importância, onde juntamente com o Princípio da Continuidade são classificados como a base da entidade. Ou ainda como Postulados Contábeis.

> Postulados são dogmas ou premissas que não precisam ser demonstrados, comprovados, mas que há aceitação geral sem nenhum questionamento. Em outras palavras é a exposição de uma verdade que não está sujeita a verificação. (IUDÍCIBUS; MARION; FARIA; 2009, p. 69).

A finalidade dessa pesquisa é esclarecer a importância da aplicação dos Princípios de Contabilidade com destaque ao Princípio da Entidade como pilares nas organizações, em particular em empresas familiares.

1.1 Objetivos Gerais

O objetivo principal deste artigo será evidenciar quão necessário torna-se a observância do Princípio da Entidade nas empresas familiares, para controle do seu patrimônio, como também em decorrência do seu desenvolvimento mediante a uma acirrada competitividade que observamos nos dias atuais entre os mais diversos ramos do mercado, tanto nas indústrias e comércios como em empresas que atuam como prestadoras de serviços em geral.

1.2 Objetivos Específicos

Especificamente este artigo visa verificar quais fatores induzem as empresas familiares a ferir o Princípio da Entidade, ou seja, confundir o caixa ou conta corrente da empresa com o caixa pessoal.

O artigo será elaborado com a finalizada de identificar de forma detalhada os fatores de maiores destaques para não observância deste princípio.

Após o levantamento dos dados elencando os principais motivos será possível realizar uma análise das causas pelas quais os problemas ocorrem, possibilitando assim formular sugestões visando melhorar a margem de lucro da entidade através desta importante ferramenta contábil denominada Princípio da Entidade.

1.3. Justificativa

Que a elaboração desta pesquisa possa esclarecer a importância da aplicação dos Princípios de Contabilidade com destaque ao Princípio da Entidade como pilares nas organizações em particular empresas familiares.

1.4. Metodologia

Este material será elaborado tendo como base pesquisas bibliográficas e documentais. Livro, artigos, revistas, aulas ministradas durante o curso de ciências contábeis, palestras a respeito do tema, assim como um breve estudo de caso.

2 DEFINIÇÃO DE ENTIDADE

Etimologicamente a palavra “entidade” vem do Latim ENTITAS, “aquilo que existe na essência”, de ENS, “ente, aquele que existe”, do verbo ESSE, “ser”. (ORIGEM, 2014)

São vários os conceitos de entidade que podemos encontrar, dentre os diversos conceitos existentes iremos definir neste artigo como sendo uma unidade econômico-financeira, constituída de bens, direitos e obrigações, com a finalidade de geração de lucros.

> No documento do CFC a entidade é conceituada sob o aspecto estritamente jurídico. O conceito de garantia de propriedade ganha uma maior importância, sendo utilizado como critério para caracterizar o direito ao exercício do poder sobre o patrimônio. (IUDÍCIBUS; MARION; FARIA; 2009, p 69).

Na realidade o conceito macro de entidade que as empresas devem observar e aplicar no dia a dia diz respeito à questão da diferenciação dos patrimônios, ou seja, o patrimônio dos sócios não deve se confundir com o patrimônio da pessoa jurídica, assim como não se deve utilizar o caixa ou conta corrente da empresa para suprir gastos pessoais dos sócios.

Entidades sem fins lucrativos são entidades de direito privado, dotada de personalidade jurídica e caracterizada pelo agrupamento de pessoas para a realização e consecução de objetivos e ideais comuns, sem finalidade lucrativa. Uma associação sem fins lucrativos.

Neste artigo o foco será apenas em entidades com fins lucrativos, sendo assim as entidades de terceiro setor não serão abordadas, apenas citadas para conhecimento.

> Em contabilidade, o foco principal é o lucro empresarial, a variação positiva de um patrimônio específico. Por essa razão, em termos contábeis, mede-se o lucro em bases monetárias. Tal medida, porém é realizada dentro de um tempo determinado e com base no pressuposto básico da competência. (COELHO; LINS, p.208).

As entidades cuja finalidade seja a geração de lucros são à base do desenvolvimento do País, responsáveis pela geração de empregos e por fazer girar a economia. Responsáveis ainda pelo desenvolvimento da região na qual estão localizadas

devido à contribuição direta e indireta para a população local. Inclusive muitas empresas possuem programas com a finalidade de preservar o meio ambiente, ou seja, nas últimas décadas podemos observar que as entidades não estão preocupadas apenas com a geração de lucros e retornos financeiros, mas preocupam-se também com o meio ambiente e com o capital humano que possuem.

3 PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE

O objeto de estudo do presente trabalho será o Princípio da Entidade, para tanto será feita uma breve descrição dos Princípios de Contabilidade.

> O Conselho Federal de Contabilidade na tentativa de unificar os Princípios de Contabilidade em nível nacional, editou a resolução nº 1.282 de 2010, elencando os seguintes Princípios de Contabilidade: Entidade, Continuidade, Oportunidade, Registro pelo Valor Original, Competência e Prudência. (BRASIL II, 2010)

Os Princípios da Entidade e da Continuidade são considerados Postulados Contábeis. O Princípio da Entidade defende a autonomia patrimonial, e o Princípio da Continuidade considera que a entidade irá operar por um longo período de tempo.

Os Princípios da Oportunidade, Registro pelo Valor Original e Competência são vistos como norteadores, ou seja, o objetivo da contabilidade é fornecer informações aos usuários para tomada de decisões e os Princípios norteiam a elaboração destas informações.

O Princípio da Prudência está diretamente associado à convenção do conservadorismo.

3.1 Princípio da Entidade

O Princípio de Entidade evidencia a necessidade da distinção entre o capital da empresa com o capital dos seus sócios, defende esta diferenciação para que seja possível manter a autonomia patrimonial da entidade, e desta forma será mais fácil mensurar os custos, e despesas, assim como as receitas e lucros obtidos através da atividade fim da pessoa jurídica. Defende ainda que o caixa da empresa, assim como a conta corrente, não deve ser utilizado para custear despesas pessoais dos sócios. Podemos citar como exemplo o caso do sócio que decide comprar um automóvel para fins pessoais fazendo uso do caixa da empresa, neste momento ele está ferindo o Princípio da Entidade e podendo inclusive interferir financeiramente nos resultados da empresa.

> Princípio da Entidade. Art. 4º da resolução CFC Nº 750/93 (Brasil IV, 1993): O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um patrimônio particular no universo

> dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o patrimônio não se confunde com aqueles de seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.
> Parágrafo Único. O PATRIMÔNIO pertence a ENTIDADE, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de Patrimônios autônomos não resulta em nova ENTIDADE, mas numa unidade de natureza econômico-contábil. (BRASIL IV, 1993).

A informação que o patrimônio pertence à entidade, mas a recíproca não é verdadeira, significa dizer que em um universo de matrizes e filiais de uma mesma empresa, por exemplo, podemos observar que o patrimônio pertence a empresa, porém as junções de todas as empresas não formam uma nova entidade. A entidade seja ela matriz ou filial deve "sobreviver" com seu próprio patrimônio. Por exemplo, uma filial não deve fazer uso de recursos da matriz ou de outra filial mais lucrativa para custear suas despesas. Assim como custear despesas pessoais dos proprietários.

3.2 Princípio da Continuidade

Este Princípio defende que a entidade uma vez constituída, não possuirá data pré-determinada para ser extinta, normalmente é criada com o intuito de funcionar por tempo indeterminado.

Art. 5º da Resolução CFC nº 1.282/2010 (Brasil II, 2010) define:

> O Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância. (BRASIL II, 2010)

Com a aplicação do Princípio da Continuidade, as empresas deverão avaliar seus ativos pela capacidade de geração de lucros futuros. O mesmo se aplica para o caso dos vencimentos dos passivos que devem ter esta mesma visão em longo prazo.

3.3 Princípio da Oportunidade

Este Princípio refere-se aos lançamentos dos registros contábeis da empresa, que devem ser feitos imediatamente após sua ocorrência de forma íntegra. Defende ainda a tempestividade destes registros, ou seja, avalia o momento oportuno para efetuar os lançamentos.

Art. 6º Resolução CFC nº 1.282/2010 (Brasil II, 2010) define:

> O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.
> Parágrafo único. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação. (BRASIL II, 2010).

Já o item QC29 da resolução CFC nº 1.374/2011 (Brasil III, 2011) que dá nova resolução a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro Útil, assim dispõe:

> QC29. Tempestividade significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões. Em geral, a informação mais antiga é a que tem menos utilidade. Contudo, certa informação pode ter o seu atributo tempestividade prolongado após o encerramento do período contábil, em decorrência de alguns usuários, por exemplo, necessitarem identificar e avaliar tendências. (BRASIL III, 2011)

3.4 Princípio do Registro pelo Valor Original

Este Princípio refere-se à forma como devem ser efetuados os lançamentos contábeis, ou seja, devem ser feitos em moeda corrente do país independente se foram realizados dentro do país ou com o mundo exterior, defende ainda que estes lançamentos sejam feitos pelos valores de aquisição de acordo com as notas fiscais de cada transação.

Art. 7º Resolução CFC nº 1.282/2010 (Brasil II, 2010) define:

> O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional. (BRASIL II, 2010).

A utilização do Princípio do Registro pelo Valor Original permite efetuar os registros de maneira uniforme em todas as entidades contábeis dentro do país, assim sendo não existirá a possibilidade de encontrarmos demonstrações elaboradas de diversas formas.

> O Registro pelo Valor Original reforça o Princípio da Continuidade por entenderem que, se a empresas não tem prazo definido para encerrar suas atividades, os registros devem ser efetuados a valores de entrada (compras) e não valores de saídas (vendas). Quando ocorrer a venda do bem, este será a preço de mercado, reconhecendo-se somente neste momento a diferença de valor. Se a Contabilidade

> registrasse as operações a valores de saída, estaria trabalhando com a hipótese de descontinuidade a cada transação, como se imaginasse que a empresa estaria permanentemente à venda. Para tanto necessitaria de informações a tempo real dos valores de mercado do patrimônio da entidade, o que, à primeira vista, não parece ser viável (o custo de obter a informação talvez superasse o benefício). (DE PAULA CONTADORES ASSOCIADOS, 2015, p. 01).

3.5 Princípio da Competência

O Princípio da Continuidade define que as receitas e despesas devem ser registradas na contabilidade da empresa no momento de sua ocorrência, independentemente de houve ou não o pagamento / recebimento.

Art. 9º Resolução CFC nº 1.282/2010 (Brasil II, 2010):

> O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.
> Parágrafo único. O Princípio da Competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas (BRASIL II, 2010).

Para exemplificar o Princípio da Competência podemos citar uma venda realizada no mês de abril, onde seu recebimento só ocorrerá em junho, embora esta receita não seja realizada de imediato ainda no mês de abril, ela deve ser contabilizada neste mês.

3.6 Princípio da Prudência

O Princípio da Prudência define que, é mais viável e conveniente adotar o menor valor para componentes do ativo e o maior para os do passivo, diante de duas opções igualmente válidas.

Art. 10º Resolução CFC nº 1.282/2010 (Brasil II, 2010):

> O Princípio da Prudência determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior valor para os do passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.
> Parágrafo único. O Princípio da Prudência pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais. (BRASIL II, 2010).

"A posição conservadora (precaução) do contador será evidenciada no sentido de antecipar prejuízo e nunca antecipando lucro. Desta forma não estará influenciando os acionistas, por exemplo, a um otimismo que poderá ser ilusório" (IUDÍCIBUS; MARION; FARIA; 2009, p. 69).

Como exemplo do Princípio da Prudência temos os casos de provisões de dívidas trabalhistas, que dentre dois possíveis valores válidos será mais aconselhável lançar o maior valor na contabilidade, mesmo que haja apenas razoável certeza, mesma que venha a pagar o valor menor, que caso ocorra será mais vantajoso para a empresa.

4 APLICAÇÃO PRÁTICA

4.1 Não Observâncias do Princípio da Entidade: Empresas em Geral

Dentre os seis Princípios mencionados anteriormente nota-se que o Princípio da Entidade é o menos aplicado na prática por parte dos empresários devido a dificuldade que possuem em diferenciar o caixa pessoal do caixa da empresa.

No caso da nossa pesquisa especificamente iremos focar nos motivos que levam os sócios a confundirem o caixa da empresa com o caixa pessoal, ou seja, utilizando recursos da empresa para custear suas despesas pessoais. Deve haver distinção entre os patrimônios da pessoa jurídica e da pessoa física, caso contrário acarretará em vários problemas, o mais significativo deles seria a deficiência no processo de gestão da empresa, onde não seria possível mensurar com precisão a movimentação patrimonial, financeira e econômica da empresa, podendo resultar inclusive em uma má formação dos preços de vendas.

É muito comum os empresários confundirem os patrimônios da pessoa física, com o patrimônio da pessoa jurídica. Durante as pesquisas realizadas para a elaboração deste artigo, foi observado que não se trata de um fato isolado onde ocorre somente nas empresas familiares, a maioria das micro e pequenas empresas encontra este tipo de dificuldade.

4.2 Empresas Familiares

Nosso problema de pesquisa será desenvolvido no âmbito das pequenas empresas, explicitando principalmente as empresas familiares cuja principal característica é a participação de mais de um membro da família na administração dos processos da empresa.

As empresas familiares nos dias atuais possuem uma representatividade de destaque na economia do nosso país.

Podemos observar que grande parte das empresas que atualmente são tidas como grande porte e até multinacionais já foram familiares quando da sua formação.

> As relações familiares e profissionais andam juntas em 90% dos oito milhões de empresas em funcionamento no Brasil, segundo pesquisa

> realizada pelo Sebrae. Estima-se que 66% da massa salarial do país sejam pagos por esse modelo cujo negócio permanece na família. Essas organizações somam dois bilhões de empregos e respondem por cerca de 12% do produto interno bruto (PIB) do agronegócio, 34% da indústria e 54% da prestação de serviços. (SEBRAE MG, 2013. p.1)

Existe de um modo geral uma alta taxa de natalidade, assim como mortalidade neste tipo de empreendimento, isso ocorre principalmente devido aos problemas de gestão, pois na maioria das vezes não são empregadas às ferramentas adequadas que possam auxiliar de forma dinâmica e assertiva o processo de tomadas de decisões. Dentre estas ferramentas podemos incluir os Princípios de Contabilidade, mais especificamente o Princípio da Entidade, pois um dos grandes problemas observados nestas empresas é a dificuldade em diferenciar o capital da entidade com o capital dos sócios. Contudo, podemos citar como ponto positivo a questão da centralização do poder onde se observa que as empresas familiares possuem uma grande vantagem em comparação com as multinacionais, ou seja, as decisões são tomadas de forma mais ágeis e com maior flexibilidade.

Um ponto que podemos classificar como sendo negativo está ligado à transição dos negócios entre seus sucessores, isso ocorre devido ao receio dos membros da família em haver conflitos internos, podendo colocar em risco todo esforço e capital investido.

4.3 Caracterização da Empresa Pesquisada

A pesquisa foi desenvolvida em uma empresa familiar do ramo de comércio.

O comércio existe desde os primórdios da civilização.

> O surgimento do mercado como um espaço físico ocorreu na antiguidade antes da invenção do dinheiro. Independentemente da existência do dinheiro, é a oferta e a procura por mercadorias ou serviços que permite a existência do comércio. (BRASIL ESCOLA, 2015, p.01)

Podemos caracterizar esta entidade como sendo varejista, pois as vendas das suas mercadorias são direcionadas ao consumidor final. A atividade fim da empresa em questão está ligada a compra e revenda de móveis usados, que também trabalha com prestação de serviços, mais especificamente realizando consertos de móveis tanto nas

residências, como na melhoria dos produtos comprados que estão estocados para revenda.

A empresa está localizada na cidade de Aracaju, estado de Sergipe.

Conforme determina a Lei Complementar 139 de 10 de novembro de 2011 (Brasil I, 2011). Esta entidade pode ser classificada como microempresa, pois sua renda bruta anual é inferior a R$: 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

Caracteriza-se como familiar, pois a gestora é também proprietária e todos os funcionários são filhos e parentes próximos.

5 PRINCIPAIS MOTIVOS QUE LEVAM AS EMPRESAS FAMILIARES A NÃO APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE

Dentre os mais diversos problemas que levam as empresas familiares a não aplicação do Princípio da Entidade, serão citados os de maior relevância.

Importante mencionar ainda que não existe hierarquia dentre os Princípios de Contabilidade, todos possuem o seu grau de importância, porém o Princípio da Entidade, assim como o Princípio da Continuidade são considerados pilares, alicerces para o crescimento e desenvolvimento dentro de toda e qualquer entidade, seja ela de pequeno, médio ou de grande porte, ou seja, as observâncias a estes dois Princípios são indispensáveis, portanto estes são considerados de maior relevância, sendo que os demais são também indispensáveis sua aplicação.

5.1 Falta de Capital de Giro

A falta de capital de giro foi citada como um dos problemas significativos, isso ocorre devido à falta de um planejamento mais elaborado, a empresária acaba sentindo a necessidade de repor o capital de giro da empresa com dinheiro próprio. O que tem ocorrido é que as compras das mercadorias para estoque na maioria das vezes são feitas à vista para obtenção de descontos consideráveis, enquanto que grande parte das vendas são realizadas a prazo.

Podemos observar ainda que a empresa “sobrevive”, pois, as compras são feitas em um valor consideravelmente menor que os preços de vendas, isto é possível devido aos processos de melhorias e reformas que são realizadas nos móveis antes de serem vendidos. Estes serviços são realizados pelos próprios funcionários da loja, sem desembolsar nada mais em termos de pagamento a terceiros.

Outro destaque para este item ocorre devido à utilização das entradas no caixa para fins pessoais, porém sem qualquer tipo de controle a título de retirada de pró-labore, retiradas estas para pagar dívidas como contas de telefones, combustíveis dentre outras.

5.2 Dificuldades em Elaborar o Fluxo de Caixa

O Fluxo de Caixa trata-se de uma ferramenta contábil de grande importância no que se refere ao planejamento da empresa como um todo, como por exemplo, para calcular sua lucratividade, porém quando não dispõe das informações financeiras organizadas, torna-se uma tarefa árdua.

"O Fluxo de Caixa é um instrumento de gestão financeira que projeta para períodos futuros todas as entradas e as saídas de recursos financeiros da empresa, indicando como será o saldo de caixa para o período projetado." (SEBRAE, 2011, p. 01).

No caso específico, a dificuldade existe devido à utilização da conta corrente da empresa para fins pessoais. São feitas retiradas praticamente semanais sem o devido controle para pagamento de dívidas da empresa que se misturam com as dívidas pessoais. O caixa resume-se basicamente na entrada das receitas realizadas através das vendas das mercadorias, assim como a prestação de alguns serviços. E das despesas com compras para reposição do estoque, ou seja, os gastos com as demais despesas não são contabilizadas, pois não há como diferenciar se foram utilizados para a atividade fim ou para custear despesas pessoais.

5.3 Dificuldades em Evidenciar os Custos da sua Atividade Fim

Um dos grandes problemas observados durante a pesquisa foi à dificuldade em mensurar os custos da atividade fim da empresa, dificuldade esta que tem sido gerada devido a não aplicação do Princípio da Entidade. A sua atividade fim está ligada a compra para revenda de móveis usados, para viabilizar este trâmite a entidade faz uso de veículos próprios, desta forma torna-se muito difícil mensurar os custos como gastos com combustíveis, manutenções, depreciação dos veículos uma vez que estes também são utilizados para fins pessoais, ou seja, não tendo como definir ao certo quanto são os custos, não será possível calcular o lucro, que é o objetivo de qualquer entidade econômica. Assim como calcular o preço de venda de forma mais precisa. Inclusive uma forma de obter uma maior lucratividade seria reduzindo os custos.

5.4 Inadimplências dos Clientes

A inadimplência dos clientes foi citada como o maior problema que leva a empresa a ferir o Princípio da Entidade, ou seja, injetar dinheiro da sócia no caixa.

Notamos que a empresa não utiliza as ferramentas necessárias para gerir os negócios, pois se espera obter lucro apenas das receitas com as vendas das mercadorias, esquecendo-se dos demais fatores que podem auxiliar na melhoria da sua margem de lucro como redução de custos, melhor controle de estoque visando não adquirir mercadorias em excesso sem estudar o mercado para verificar a demanda atual, dentre outras formas de planejamento.

Porém analisando os dados foi constatado que o nível de inadimplência realmente é significativo, muitos clientes inadimplentes mesmo renegociando os prazos, atrasam os pagamentos.

5.5 Custos com Consultoria Contábil para Auxílio na Gestão dos Negócios

Sob o ponto de vista da empresa, os serviços contábeis, resumem-se apenas a questões fiscais, esta crença errônea de que a contabilidade seria útil apenas para os processos burocráticos junto ao fisco dificulta o processo de gestão, pois normalmente as decisões relevantes são tomadas pela proprietária do empreendimento, esta por sua vez faz uso apenas da sua experiência e conhecimento do negócio, deixando de utilizar as mais diversas ferramentas contábeis que se encontram à disposição, o que auxiliaria no planejamento e tomada de decisões mais assertivas.

Devido aos problemas de gestão nestes tipos de empresas, grande parte delas decreta falência nos primeiros anos de vida.

> Segundo a revista eletrônica Geração Empreende 58% das empresas de pequeno porte fecharam as portas antes de completar cinco anos. Dentre os fatores que influenciam no processo de mortalidade estão, a falta de planejamento, avaliação de custos, fluxo de caixa, dentre outros. (GERAÇÃO EMPREENDE, 2010, p.01)

5.6 Dificuldades de Acesso ao Crédito

As empresas atualmente contam com recursos de terceiros para custear seu desenvolvimento através de empréstimos e financiamentos, esta é uma prática muito comum nos mais diversos ramos do mercado.

Na maioria das vezes os empréstimos são alternativas mais viáveis quando comparadas a utilização do capital da entidade para realizar investimentos dentro da empresa. Porém existe ainda uma grande resistência por parte dos donos e sócios deste tipo de empreendimento devido à insegurança no que se refere ao retorno do investimento, optando algumas vezes por utilização do capital da empresa ou até do capital particular ferindo assim o Princípio da Entidade.

No caso específico da empresa em questão as dificuldades de acesso ao crédito ocorrem também devido a dificuldade em evidenciar o lucro da empresa, uma vez que praticamente não existe contabilidade, ou seja, os créditos que são obtidos são feitos apenas através da pessoa física, onde os juros são excessivamente altos e algumas vezes inviáveis.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pequenas e médias empresas tem grande representatividade no cenário econômico do Brasil e representam uma grande fatia do mercado de atuação ao profissional de Contabilidade. Sendo as empresas familiares um fator relevante e preponderante para o PIB.

No caso específico, deveria, ao invés de fazer retiradas constantes do caixa para utilizar com finanças pessoais, fazer um planejamento contábil para que assim com o pró-labore semanal, ou de preferência mensal, a pessoa física consiga suprir suas necessidades e consequentemente expandir seus negócios.

A empresa poderia ainda tentar negociar novos prazos para pagamento das dívidas, assim como tentar reduzir o prazo para recebimento por parte dos clientes.

Dentre os fatores operacionais que foram identificados, considera-se como de muita relevância, a não elaboração da contabilidade da empresa, pois esta é de suma importância, independentemente do porte da organização, sendo possível através desta evidenciar toda a situação econômica, patrimonial e financeira da empresa, elevando assim todo o conhecimento do empresário para que este possa planejar e tomar decisões do seu negócio de forma mais assertiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL ESCOLA. **Brasilescola.com** Disponível em <http://www.brasilescola.com/economia/comercio.htm>. Acesso em 29 de mai de 2015.

BRASIL I. **Lei complementar 139**, de 10 de novembro de 2011. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp139.htm#art5>. Acesso em 29 de mai. De 2015.

BRASIL II. **Resolução CFC n° 1.282** de 28 de maio de 2010. Disponível em <http://www.cfc.org.br/sisweb/ser/docs/RES 1282.doc>. Acesso em 02 de jun de 2015.

BRASIL III. **Resolução CFC n° 1.374** de 08 de dezembro de 2011. Disponível em <http://wwwCfc.org.br/sisweb/ser/detalhes_sre.aspx?Codigo=2011/001374.> Acesso em 02 de jun de 2015.

BRASIL IV. **Resolução CFC n° 750** de 31 de dezembro de 1993. Disponível em <http://www.cfc.org.br/sisweb/ser/docs/RES_750.doc>. Acesso em 02 de jun de 2015.

COELHO, Cláudio Ulysses Ferreira, LINS, Luiz Dos Santos. **Teoria da Contabilidade.** 1º ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DE PAULA, **De Paula Contadores Associados**.Disponível em<http://www.depaulacontadores.com.br/novo/detalhescontabilidade.php?p2=441>. Acesso em 02 de jun de 2015.

GERAÇÃO **EMPREENDE.** Disponível em <http://geracaoempreende.com.br/v2/assuntos/empreendedorismo/quanto-tempo-vai-durar-sua-empresa/>. Acesso em 10 de abr. de 2015.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Teoria da Contabilidade**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio, MARION, José Carlos, FARIA, Ana Cristina. **Introdução à Teoria da Contabilidade.** 5º ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ORIGEM. **Origem da Palavra - Site de etimologia**. Disponível em: <www.origemdapalavra.com.br >. Acesso em 28 de mai. de 2015.

SEBRAE. **Sebrae MG com você.** Disponível em <http://sebraemgcomvc.com.br/2013/02/28/ de-pai-para-filho>. Acesso em 10 de abr. de 2015.

SEBRAE. **Análise e Planejamento Financeiro**. Disponível em <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/0_fluxo-de-caixa.pdf>.Acesso em 02 de jun de 2015.

ABSTRACT

Currently due to the fierce competition among the various branches of business activities becomes essential to the use of financial tools in order to get yourself a good financial and economic performance within companies. Given the above, this article has a purpose to highlight the importance of the application of Accounting Principles as a management tool, focusing on the authority principle, they are pillars in the opening, organization and development of activities, as well as identify the reasons lead companies (especially family businesses) failure to comply with the authority principle. The research methodology used was documentary as well as a brief case study. During the preparation of this article were identified among the various factors that motivate companies to non-application of Entity Principle highlight as much relevance the lack of preparation of financial statements, as well as high customer default rate, from the survey was able to format some suggestions to reduce the problems presented, these suggestions should be implemented immediately, among them better planning by way of management fees, as well as hiring accounting services to enable drawing up the accounts of the company.

KEYWORDS: Accounting Principles. Family Businesses. Management.